



## EDITAL

### LICITAÇÃO Nº 002/18-TP

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

TIPO: menor preço

ÓRGÃO REQUISITANTE: Câmara Municipal de Paracuru

LICITAÇÃO REGIDA PELA LEI Nº 8.666/93 e alterações posteriores e demais legislações aplicáveis.

LOCAL DA REUNIÃO: RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 459, PARACURU BEACH

O Município de PARACURU, através da CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que, em obediência ao que preceitua as normas gerais da Lei Federal 8.666/93 e demais normas complementares, fará realizar licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de acordo com as disposições deste instrumento.

Os Envelopes n.º 01 "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" e n.º 02 "PROPOSTA DE PREÇO" serão recebidos, em invólucros opacos e lacrados, na Comissão de Licitações, situada na RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 459, PARACURU BEACH, até o dia 15 de Janeiro de 2018, até às 09:00, no local supracitado.

### I - OBJETO DA LICITAÇÃO

- 1.1 prestação de serviços em consultoria junto ao controle interno do poder legislativo municipal de Paracuru-ceará.
- 1.2. As especificações e características dos serviços a serem contratados constam no Anexo I e II deste Edital.

### 2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas e/ou físicas inscritas no Cadastro da CÂMARA de PARACURU, aptas a prestarem os serviços objeto da presente licitação, na forma estabelecida no § 2º, artigo 22 da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que se encontrem com o cadastro atualizado, até 3 (três) dias antes da abertura do certame, na Comissão Permanente de Licitações, situada na RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 459, PARACURU BEACH.

2.2. As pessoas jurídicas e/ou físicas inscritas no Cadastro da CÂMARA e que estejam com CRC ou certidões vencidas, deverão se regularizar no prazo legal para participarem da presente licitação.

2.3. As pessoas jurídicas e/ou físicas não inscritas poderão participar desde que se cadastrem no prazo

RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 459, PARACURU BEACH



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE PARACURU**  
**CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU**



estabelecido no art. §2º, do artigo 22, da Lei Nº 8.666/93, apresentando para tanto junto ao Comissão Permanente de Licitação da CÂMARA de PARACURU autenticadas ou cópias acompanhadas do respectivo original, sendo obrigatória à apresentação dos documentos originais por ocasião da inscrição, caso as cópias não venham autenticadas.

2.4. A participação nesta licitação implica na aceitação plena e integral de todos os itens e condições previstos no presente Instrumento Convocatório, bem como, na Lei Federal N.º 8.666/93, alterada e consolidada.

2.5. Não serão admitidos:

- (a) proponentes suspensos do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento;
- (b) os declarados inidôneos pela Administração Direta ou Indireta, inclusive Fundações, nos níveis federal, estadual ou municipal;
- (c) os reunidos em consórcio; e
- (d) os que estiverem em regime de Concordata (Recuperação Judicial) ou Falência.

2.6. Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores do Município ou de suas sociedades paraestatais, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data deste TOMADA DE PREÇOS, ou que tenham participado como autores do Projeto Básico da presente Licitação.

2.7. O Licitante que comparecer à sessão de abertura do procedimento licitatório através de preposto que não detenha poder de representação, deverá fornecer procuração pública, ou particular com firma reconhecida em cartório mencionando a TOMADA DE PREÇOS de nº 002/18-TP, com poderes para deliberar sobre todas as questões suscitadas no decorrer do processo, inclusive para renunciar a direitos.

### **3. DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO**

3.1. O Processo licitatório constará de duas fases distintas:

3.1.1 - HABILITAÇÃO

3.1.2 - PROPOSTA DE PREÇOS

### **4. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO E DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES**

4.1. Até o dia, hora e no local, fixados no preâmbulo desta Tomada de Preços, o licitante deverá apresentar a Comissão Permanente de Licitação, simultaneamente, sua documentação e proposta, em envelopes separados, fechados, com indicação em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social do licitante, os seguintes dizeres:

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/18-TP  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA CÂMARA DE PARACURU  
DOCUMENTAÇÃO - ENVELOPE Nº 1  
PROPONENTE: \_\_\_\_\_

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/18-TP  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA CÂMARA DE PARACURU  
PROPOSTA - ENVELOPE Nº 2  
PROPONENTE: \_\_\_\_\_

### **5. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 1**

5.1. Todas as licitantes deverão apresentar dentro do Envelope nº 1, os documentos específicos para

RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 459, PARACURU BEACH



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE PARACURU**  
**CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU**



participação nesta TOMADA DE PREÇOS, devendo ser entregues, de preferência, **numerados seqüencialmente e na ordem a seguir indicada**, a fim de permitir maior rapidez na conferência e exame correspondentes;

**5.2. O envelope de habilitação** quais dizem respeito a **PESSOA JURÍDICA** deverá conter os documentos a seguir relacionados:

**5.2.1 - Certificado de Registro Cadastral-CRC**, emitido pela Comissão de Licitação da CÂMARA de PARACURU, de acordo com as exigências constantes deste Edital;

**5.2.2 - Da Habilitação Jurídica.**

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Cópia do Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do(s) Sócio(s).

**5.2.3 - Da Regularidade Fiscal.**

- a) Cartão do CNPJ atualizado ( Art. 29 - I );
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipais relativo ao domicílio sede do licitante ( Art- 29-II);
- c) Certidão negativa de débito Conjunta com a União e de Tributos e Contribuições Federais/INSS (Art. 29-III e IV);
- d) Certidão Negativa de Débito com o Estado ( Art. 29 - III );
- e) Certidão Negativa de Débito com o Município ( Art. 29 - III );
- f) Certidão Negativa de Débito com o FGTS (Art. 29 - IV);
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

**5.2.4 - Da Qualificação Técnica.**

- a) Atestado de desempenho anterior fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que o licitante esteja prestando ou tenha prestado eficientemente serviços compatíveis em características, prazos e condições com os serviços objetos da presente licitação;

**5.2.5 DECLARAÇÕES**

- a) declaração da inexistência de fatos impeditivos da habilitação (cf. Anexo IV - Modelo "a");
- b) Declaração da licitante, comprovando o fiel cumprimento das recomendações determinadas pelo art. 7, inciso XXXIII, da Constituição Federal (cf. Anexo IV - Modelo "b");
- c) A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar declaração que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte (cf. Anexo IV - Modelo "c").

**5.2.6 - Da Qualificação Econômico-Financeira.**

- a) Certidão de Negativa Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. ( Art. 31 - II );
- b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei e registrado na Junta Comercial.
  - b.1) sociedade criada no exercício em curso:

RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 459, PARACURU BEACH



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE PARACURU**  
**CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU**



- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

b.2) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas pelo representante legal da empresa e por Contador, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

c) Comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, através da certidão simplificada, emitida pela Junta Comercial, com data não superior a 60 (sessenta) dias, ou através do Balanço Patrimonial.

**5.3** O envelope de habilitação quais dizem respeito a **PESSOA FÍSICA** deverá conter os documentos a seguir relacionados:

**5.3.1** - Certificado de Registro Cadastral-CRC, emitido pela Comissão de Licitação da CÂMARA de PARACURU, de acordo com as exigências constantes deste Edital

**5.3.2** - Cópia autenticada da cédula de identidade (RG);

**5.3.3** - Cópia autenticada da prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), juntamente com o comprovante de situação cadastral;

**5.3.4** - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;

**5.3.5** - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT

**5.3.6** - Cópia autenticada do comprovante de registro/inscrição na entidade profissional competente (carteira de registro profissional);

**5.3.7** - Atestado de desempenho anterior fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que o licitante esteja prestando ou tenha prestado eficientemente serviços compatíveis em características, prazos e condições com os serviços objetos da presente licitação;

**5.3.8** - Cópia do Comprovante de Residência (atualizado em nome do licitante) ou Declaração de Residência (com firma reconhecida);

**5.3.9** - Declaração da inexistência de fatos impeditivos da habilitação (cf. Anexo IV - Modelo "a");

**5.4.** Os documentos necessários à habilitação e qualificação, deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia, devidamente autenticada.

**5.5.** As certidões exigidas para habilitação que sejam omissas quanto ao prazo de validade, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de emissão das mesmas.

**6** - Após a recepção dos envelopes dos licitantes cadastrados, que acudirem à convocação, e na presença destes e dos demais interessados presentes ao ato público, a Comissão Permanente de Licitação, não mais aceitará documentação de outros licitantes, e estando de posse do resultado da Habilitação, comunicará o resultado aos presentes;

**5.6.1** - Prosseguindo a sessão, com os licitantes cadastrados **HABILITADOS**, a comissão procederá a abertura do envelope "02" de preço, de acordo com as exigências deste Edital, colocados à disposição dos interessados para, depois, serem rubricados pelos membros da Comissão Permanente Central de Licitação e licitantes presentes.

**5.6.2** - Se possível, será informado de imediato o resultado da licitação. Caso contrário, a sessão será suspensa por prazo considerado razoável pela Comissão Permanente de Licitação, sendo depois retomados os trabalhos; ou marcar-se-á nova sessão, ocasião que se apresentará o julgamento da Tomada de Preços.

**5.6.3** - Serão inabilitados aqueles licitantes que não cumprirem as disposições deste Edital, sendo-lhes entregue intimação especificando a razão de sua inabilitação.

## **6. DA PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE 02**

RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 459, PARACURU BEACH



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE PARACURU**  
**CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU**



6.1. A Comissão Permanente de Licitação entregará a cada interessado impresso, os modelos de documentos, necessários para integrar.

6.2. A proposta contida no Envelope "02" (Proposta) deverá ser apresentada, com as seguintes informações:

6.2.1 - emitida em papel timbrado, por computador ou por uma planilha gerada pelo próprio sistema, de preferência, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente assinada, como também rubricada em todas as suas folhas;

6.2.2 - fazer menção ao número da Tomada de Preço e conter a razão social da licitante, o CNPJ/CPF, número(s) de telefone(s) e de fax e e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP, e, de preferência, com a indicação do banco, a agência e respectivos códigos e o número da conta para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento;

6.2.3 - Preço unitário e global, referidos à data da proposta com os preços cotados em Real, em algarismos com duas casas decimais; e valor global por extenso;

6.2.4 - A validade da proposta, a qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos.

6.2.5 - Data da proposta;

6.2.5 - Assinatura do(s) representante(s) legal(is) da proponente.

6.3 em caso de divergência entre:

a) Valores unitários e globais, prevalecerá o unitário;

b) Valor numérico e por extenso, prevalece o descrito por extenso.

6.4. A validade da proposta será contada a partir da data da abertura do envelope "02".

6.4.1 - Caso a proposta seja omissa em relação ao prazo de validade, será considerado do item 6.2.4.

6.5. Não serão consideradas:

a) Propostas entregues após o prazo exigido.

b) Quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas.

6.6. A assinatura da proposta implica na integral aceitação das condições desta licitação e sujeição à legislação aplicável, notadamente à Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

6.6.1 - Divulgados os nomes dos licitantes habilitados, havendo inexistência de recursos e/ou desistência expressa dos mesmos por todos os licitantes, ou após o julgamento dos recursos, serão abertos na mesma ou em outra sessão, após convocação, os envelopes "02" - PROPOSTA DE PREÇOS.

6.6.2 - Ultrapassada a fase de habilitação e abertos os envelopes "02" - PROPOSTA DE PREÇOS:

a) Não cabe inabilitação de qualquer licitante por motivo relacionado àquela fase, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

b) Não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente Central de Licitação.

6.6.3 - O preço proposto deve incluir todos os tributos, taxas e quaisquer outros custos incidentes diretamente sobre a prestação dos serviços a serem contratados.

6.6.4 - Não serão consideradas vantagens não previstas neste Edital, nem ofertas baseadas em outras propostas, ressalvadas as exceções previstas no § 3º, do artigo 44, Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

6.6.5 - Para efeito de julgamento das propostas, esta licitação é considerada do tipo "MENOR PREÇO".

6.6.6 - Constituem motivos para desclassificação:

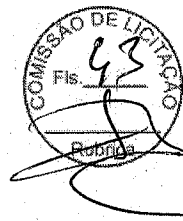
a) Apresentação de propostas que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste Edital;

b) Apresentação de preços excessivos (preços superiores ao praticado no mercado), inexequíveis.

RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 459, PARACURU BEACH



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE PARACURU**  
**CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU**



c) A critério da Comissão Permanente de Licitação, as propostas que apresentarem irregularidades, defeitos relevantes ou vícios que dificultem ou impossibilitem o seu entendimento.

6.6.7 - Verificando-se igualdade de condições entre duas ou mais propostas, após observado o disposto no parágrafo 2º do art. 3º da Lei n.º 8.666/93, processar-se-á sorteio, para desempate, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

6.6.8 - Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de pequeno porte, conforme Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006.

6.6.9 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam 10% (dez por cento) superiores a proposta de menor preço.

6.6.10 - É facultada à Comissão Permanente de Licitação, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

6.6.11. - Não serão considerados motivos para inabilitação ou desclassificação, a critério da Comissão Permanente de Licitação, simples omissões ou irregularidades formais na documentação de habilitação e proposta, desde que sejam irrelevantes, não prejudiquem o perfeito entendimento e não comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do procedimento licitatório.

6.6.12. Abertos os envelopes contendo as propostas de preços, serão os mesmos colocadas a disposição para análise e rubricas.

6.6.13. Qualquer pedido de inabilitação ou desclassificação, decorrente da Habilitação ou da Proposta de Preço, deverá constar, em ata, obrigando-se o licitante que fez a solicitação a apresentar à comissão, suas razões.

6.6.14. Após lavrada a ata com registro dos fatos ocorridos durante a reunião, ela será lida e assinada pelos licitantes presentes.

## **7. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

7.1. Decairá do direito de impugnar o Edital perante a comissão, o licitante que não fizer até o segundo dia útil que antecede a data do certame, data essa, marcada para o recebimento dos envelopes de habilitação e propostas de Preços, impugnações posteriores a essa.

7.2. Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei 8.666/93.

7.3. Os recursos deverão ser interpostos mediante petição datilografada, ou impressa em meio eletrônico, devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente, dirigida ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, sempre em via original.

7.4. Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo legal.

## **8. PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

8.1. O prazo para execução dos serviços será a partir da assinatura do contrato até o final de vigência, podendo ser prorrogado conforme a Lei Federal 8.666/93.

## **9. DO PAGAMENTO E DA ORIGEM DOS RECURSOS**

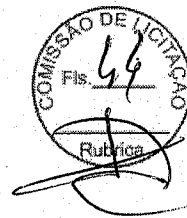
9.1. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com os valores da proposta do licitante vencedor.

9.2. O(s) pagamento(s) ao(s) vencedor(es) será(ão) efetuado(s) através de cheque nominal ou depósito direto na conta, ao contratado após a apresentação das respectivas faturas, notas fiscais e recibos à tesouraria, correspondentes ao serviço executado, depois de atestado pelo setor competente, ou de acordo com o contrato.

RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, N.º 459, PARACURU BEACH



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE PARACURU**  
**CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU**



9.3. As despesas decorrentes da execução dos serviços ficarão por conta da classificação orçamentária prevista no Orçamento da CÂMARA com as seguintes dotações: Exercício 2017 Atividade 0101.010310001.2.001 Manutenção das Atividades Legislativas, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

## **10. DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO**

10.1. A adjudicação e Homologação da presente licitação será feita por cada ordenador de despesas, solicitantes e será efetivada mediante termo circunstanciado, obedecida a ordem classificatória, após ultrapassado o prazo recursal.

## **11. DA CONTRATAÇÃO**

11.1. Integra o presente instrumento, sob a forma do Anexo III, a Minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre o CÂMARA DE PARACURU e o licitante vencedor.

11.2. O CÂMARA DE PARACURU convocará o licitante vencedor, que terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para assinar o respectivo contrato.

11.3. Havendo recusa na assinatura do Contrato, é facultado à Contratante, independentemente da aplicação das sanções administrativas ao licitante faltoso, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.4. Poderá ser prorrogado o prazo de vigência do contrato, conforme art. 57º da Lei Federal 8.666/93, por interesse e iniciativa das partes, onde os preços poderão sofrer reajuste após o período de 12 (doze) meses, tomando como base o índice oficial da variação de preços, o IGPM-FGV.

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. A contratada sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento total ou parcial de suas obrigações, às sanções dos artigos 86 a 88 da Lei n.º 8.666/93, especialmente advertência, suspensão temporária de participação em licitações, e às multas a seguir descritas, sem prejuízo das sanções legais e responsabilidades civis e criminais:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor global a ser contratado, em caso de recusa do licitante vencedor em assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento de sua convocação expressa;

b) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, sobre o valor da Contratação, até o

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de (I) atraso, superior a 30 (trinta) dias, na execução do serviço, e/ou (II) desistência de cumprir o Objeto Licitado.

12.2. As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas de quaisquer créditos da contratada junto a CÂMARA DE PARACURU e, na sua inexistência, cobradas administrativa ou judicialmente.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. Este Edital será publicado no Diário Oficial do Estado e Jornal de circulação Estadual.

13.2. Cada ordenador de despesa se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, sem gerar quaisquer direitos a reclamações e indenizações por parte dos licitantes, de acordo com as condições estabelecidas na legislação pertinente, assim como reduzir ou aumentar respeitados os limites de 25% sem que caiba aos licitantes o direito de reclamação ou indenização.

13.3. As informações administrativas relativas à Licitação serão prestadas pela Comissão de Licitações, situada na RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 459, PARACURU BEACH, no horário de 08:00 às 12:00 hs

13.4. As informações relativas à Licitação serão repassadas também pela Comissão de Licitações, através do fone: : (85)9344-2177 08:00 às 12:00 hs.

RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 459, PARACURU BEACH



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE PARACURU**  
**CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU**



13.5. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente deste certame licitatório, o foro competente é o da Comarca de PARACURU, Estado do Ceará, excluído qualquer outro.

13.6. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas Federais, Estaduais ou Municipais, disciplinando a matéria.

13.7. A Administração reserva-se o direito de exigir documentação comprobatória do cumprimento de todas as exigências legais provenientes do fornecimento, bem como a promoção de diligência destinada a esclarecer a instrução do processo ( § 3º do artigo 43 da Lei Federal 8.666/93 ).

13.8. Os casos omissos, assim como as dúvidas surgidas, serão resolvidas pela Comissão Julgadora.

13.9. A Comissão Julgadora é constituída por membros nomeados pela autoridade competente da CÂMARA de PARACURU, consoante Portaria anexa ao processo pertinente a esta licitação.

13.10. Rege a presente licitação, por TOMADA DE PREÇOS a Lei Federal 8.666/93, Lei Complementar 123/2006 e restante legislação sobre a matéria, bem como o contrato objetivado, notadamente quanto aos casos omissos, eventuais alterações, rescisão e recebimento de seu objeto.

#### **DOS ANEXOS**

14.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte integrante:

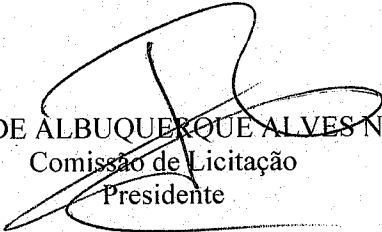
**ANEXO I** - Especificação do objeto.

**ANEXO II** - Projeto Básico.

**ANEXO III** - Minuta de Contrato.

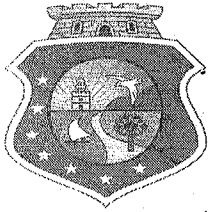
**ANEXO IV** - Modelo de declarações.

CE, 26 de Dezembro de 2017

  
JOSUÉ DE ALBUQUERQUE ALVES NETO  
Comissão de Licitação  
Presidente

RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 459, PARACURU BEACH





Ceará  
Governio Municipal de Paracuru

ANEXO I



Pag.: 1

Código	Descrição	Qtd	Unidade	Preço Unit (R\$)	Preço Total (R\$)
010186	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CONSULTORIA AO CONTROLE INTERNO	12,0000	MÊS		

*Prestação de serviços de Consultoria em Controle Interno junto aos controles administrativos do poder legislativo com atuação exclusiva nas áreas de controle de materiais (almoxarifado), administração do Patrimônio, controle de combustíveis (frota), deverá compreender:*

*1.1. Promover a orientação para manutenção do tombamento de todos os bens patrimoniais (bens móveis e imóveis, mantendo-os devidamente cadastrados através de sistema informatizado. O inventário de todos os bens será efetuado por servidores desta com o acompanhamento de equipe da CONTRATADA.*

*1.2. Orientar os Serviços de Controle do Almoxarifado compreendendo as seguintes ações:*

*1.2.1. Promover a orientação aos órgãos quanto à maneira de formular requisições de material;*

*1.2.2. Orientar o Cadastro dos materiais de consumo em conformidade com as notas fiscais de entrada de material e as notas de requisição de material no sistema de Controle do Almoxarifado;*

*1.2.3. Promover a orientação para perfeita manutenção de estoque e guarda, em adequada ordem de armazenamento, conservação, classificação e registro dos materiais;*

*1.2.4 Orientar a manutenção atualizada da escrituração referente ao movimento de entrada e saída de materiais do estoque existente;*

*1.2.5. Orientar durante acompanhamento, às repartições, no que se refere ao fornecimento dos materiais requisitados para os diversos serviços;*

*1.2.8 Fazer análise e relatório mensalmente da documentação de Receita e Despesa;*

*1.2.8.1 Deverá, ainda, ser incluso em cada relatório mensal, sugestões de melhoria na execução do Controle Interno, quando for o caso.*

*1.4 A CONTRATANTE fornecerá uma via das notas fiscais de compra de bens de consumo para que seja feito a digitação dos dados da nota fiscal no sistema, bem como a emissão dos relatórios de Controle do Almoxarifado.*

*1.5 A CONTRATADA se compromete com a orientação para elaboração dos relatórios abaixo relacionados:*

*1.5.1. Relatório dos Bens do Almoxarifado*

*1.5.2. Relação de entrada e saída de material*

*1.5.3. Relatório de despesa de combustível*

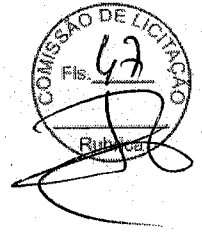
*1.5.4. Posição financeira dos saldos dos itens do Almoxarifado*

*1.5.5. Relatório de Consumo de Combustível por Setor.*

Condições de pagamento : \_\_\_\_\_

Validade da proposta : \_\_\_\_\_ dias

Prazo da entrega : \_\_\_\_\_ dias



## ANEXO II PROJETO BÁSICO

### 1. O OBJETO

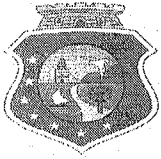
Contratar prestação de serviços em consultoria junto ao controle interno do poder legislativo municipal de paracuru-ceará.

### 2. JUSTIFICATIVA

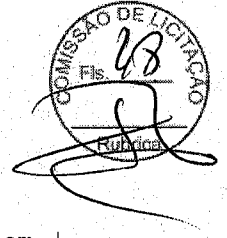
Desenvolver tarefas para adequar os procedimentos administrativos e supri-los de instrumento e rotinas que possam proporcionar a Administração da Instituição a tomada de decisões através da seleção da melhor opção do ato administrativo a ser adotado, buscando a melhoria dos índices de eficiência, eficácia e agilidade das ações, sem comprometer a segurança na execução das tarefas.

### 3. SERVIÇOS ESPERADOS E PREÇO ESTIMADO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
00001	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CONSULTORIA AO CONTROLE INTERNO				
	Prestação de serviços de Consultoria em Controle Interno junto aos controles administrativos do poder legislativo com atuação exclusiva nas áreas de controle de materiais (almojarifado), administração do Patrimônio, controle de combustíveis (frota), deverá compreender: 1.1. Promover a orientação para manutenção do tombamento de todos os bens patrimoniais (bens móveis e imóveis, mantendo-os devidamente cadastrados através de sistema informatizado. O inventário de todos os bens será efetuado por servidores desta com o acompanhamento de equipe da CONTRATADA. 1.2. Orientar os Serviços de Controle do Almojarifado compreendendo as seguintes ações: 1.2.1. Promover a orientação aos órgãos quanto à maneira de formular requisições de material;				



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE PARACURU  
CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU



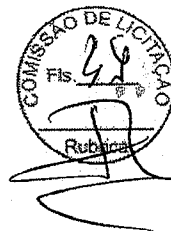
1.2.2. Orientar o Cadastro dos materiais de consumo em conformidade com as notas fiscais de entrada de material e as notas de requisição de material no sistema de Controle do Almojarifado; 1.2.3. Promover a orientação para perfeita manutenção de estoque e guarda, em adequada ordem de armazenamento, conservação, classificação e registro dos materiais; 1.2.4 Orientar a manutenção atualizada da escrituração referente ao movimento de entrada e saída de materiais do estoque existente; 1.2.5. Orientar durante acompanhamento, às repartições, no que se refere ao fornecimento dos materiais requisitados para os diversos serviços; 1.2.8 Fazer análise e relatório mensalmente da documentação de Receita e Despesa; 1.2.8.1 Deverá, ainda, ser incluso em cada relatório mensal, sugestões de melhoria na execução do Controle Interno, quando for o caso. 1.4 A CONTRATANTE fornecerá uma via das notas fiscais de compra de bens de consumo para que seja feito a digitação dos dados da nota fiscal no sistema, bem como a emissão dos relatórios de Controle do Almojarifado. 1.5 A CONTRATADA se compromete com a orientação para elaboração dos relatórios abaixo relacionados: 1.5.1. Relatório dos Bens do Almojarifado 1.5.2. Relação de entrada e saída de material por área de consumo 1.5.3. Relatório de despesa de combustível 1.5.4. Posição financeira dos saldos dos itens do Almojarifado 1.5.5. Relatório de Consumo de Combustível por Setor.

12.00	MÊS	5.016,670	60.200,04
-------	-----	-----------	-----------

---

VALOR TOTAL R\$ | 60.200,04 |

RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 459, PARACURU BEACH



## 6. PERÍODO DE TRABALHO

O trabalho de prestação de serviços em consultoria junto ao controle interno do poder legislativo municipal de paracuru-ceará, com vigência até 31 de Dezembro de 2018.

## 7. FORMA DE PAGAMENTO

Mediante apresentação de nota fiscal de serviços, devidamente liquidada pelo setor competente.

## 8. DAS CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA CONTRATAÇÃO

8.1. Os serviços serão prestados mediante consultoria presencial na sede da Câmara Municipal de PARACURU e também por meio de consultoria na sede da contratada, por email ou telefone, sempre que se fizer necessário, no período de 40 horas semanais.

8.2. Os serviços deverão ser prestados necessariamente por equipe Técnica da contratada, composta de profissionais devidamente registrados junto ao CRC ou CRA

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

São obrigações da adjudicatária, além daquelas dispostas na especificação do objeto:

a. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados pela CONTRATADA.

b. Manter durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação.

c. Executar fielmente o objeto dentro do melhor padrão de qualidade, de forma que os serviços a serem executados mantenham todas as especificações técnicas e qualidades exigidas pela Contratante, cumprindo todas as especificações estabelecidas na proposta de preços e documentos apresentados ao CONTRATANTE, bem como neste Projeto Básico.

d. Refazer, sem custo para o CONTRATANTE, todo e qualquer procedimento, se verificada incorreção e constatado que o erro é da responsabilidade da CONTRATADA.

e. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas decorrentes de impostos, despesas com mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, seguros e outras despesas que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços objeto desta Licitação.

f. Fornecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, os comprovantes de recolhimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus empregados, quitação dos tributos devidos e comprovante de regularidade para com o FGTS e INSS.

g. Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pelo CONTRATANTE para a execução do Contrato.

WASHINGTON LUIZ ALENCAR HOLANDA  
PRESIDENTE



### ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

O Município de PARACURU, através da CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU, neste ato denominado CONTRATANTE, com sede na RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, 459, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 63.368.278/0001-36, representado pelo(a) Sr(a). WASHINGTON LUIZ ALENCAR HOLANDA, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º \_\_\_\_\_, estabelecida \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e CPF (MF) n.º \_\_\_\_\_, celebram o presente contrato, do qual serão partes integrantes o edital de TOMADA DE PREÇOS n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_ e a proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA às normas disciplinares das Leis n.ºs. 8.666/1993 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços em consultoria junto ao controle interno do poder legislativo municipal de paracuru-ceará

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS E DO VALOR DO CONTRATO

1. Os preços dos serviços são aqueles constantes da Planilha apresentada pela CONTRATADA, sendo que o valor total do contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

2. O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste, antes de 31 de Dezembro de 2018, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

1. A CONTRATADA ficará obrigada cumprir os prazos apresentados em sua proposta e aceitos pela administração para execução dos serviços, contado do recebimento da autorização de serviço expedida pelo(a) CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU.

2. Eventuais retrabalhos deverão ser iniciados em até 48 horas a contar da notificação da FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE, sem prejuízo de outros serviços autorizados para execução

#### CLÁUSULA QUARTA - DO AMPARO LEGAL

1. A lavratura do presente contrato decorre da realização da TOMADA DE PREÇOS n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_, realizado com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei n.º 8.666/93 combinado com o inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.

2. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízos das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes do objeto dessa avença contratual, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

1. A vigência deste contrato será \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ até 31 de Dezembro de 2018, contados da data da sua assinatura, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado conforme a Lei Federal 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

1. Caberá ao CONTRATANTE:

1.1 - permitir acesso do licitante ou do técnico da CONTRATADA às instalações do CONTRATANTE para execução dos serviços constantes do objeto;

1.2 - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante ou pelos técnicos da CONTRATADA;

1.3 - rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as especificações constantes do Anexo I do edital da TOMADA DE PREÇOS n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_;



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE PARACURU**  
**CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU**



1.4 - solicitar que seja feito o serviço que não atenda às especificações constantes do Anexo I do edital da TOMADA DE PREÇOS n.º \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_;

1.5 - disponibilizar à CONTRATADA espaço físico em suas dependências para a execução de trabalhos simples, quando necessário; e

**CLÁUSULA OITAVA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA**

1. Caberá à CONTRATADA:

1.1 - responder, em relação aos seus técnicos, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como:

- a) salários;
- b) seguros de acidente;
- c) taxas, impostos e contribuições;
- d) indenizações;
- e) vales-refeição;
- f) vales-transporte; e
- g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

1.2 - manter os seus técnicos sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE quando em trabalho no órgão,

nem sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;

1.3 - manter os seus técnicos identificados por crachá, quando em trabalho no órgão, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE;

1.4 - usar a melhor técnica possível para a execução dos serviços objeto deste contrato;

1.5 - submeter à fiscalização do CONTRATANTE;

1.6 - comunicar à CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

1.7 - obter todas e quaisquer informações junto à CONTRATANTE necessárias à boa consecução dos trabalhos;

1.8 - manter-se em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste contrato durante toda a execução do contrato.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS**

1. À CONTRATADA caberá, ainda:

1.1 - assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

1.2 - assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

1.3 - assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas a este contrato, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência; e

1.4 - assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

1. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:

1.1 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do CONTRATANTE durante a prestação dos serviços, objeto deste contrato;

1.2 - é expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

1. A execução dos serviços objeto deste contrato será acompanhada e fiscalizada por um servidor da CONTRATANTE, designado para esse fim.

2. O servidor do CONTRATANTE anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a autoridade competente do(a) CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

4. A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la durante a execução deste contrato, desde que aceito pela



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE PARACURU**  
**CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU**



Administração do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ATESTAÇÃO**

1. A atestação da execução dos serviços caberá à servidor do CONTRATANTE designado para fim representando o CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DESPESA**

1. A despesa com a execução dos serviços de que trata o objeto desta TOMADA DE PREÇOS, está a cargo da dotação orçamentária Exercício 2017 Atividade 0101.010310001.2.001 Manutenção das Atividades Legislativas, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica ou Classificação econômica 3.3.90.36.00 OUTROS SERV. DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO**

1. Executados e aceitos os serviços, a CONTRATADA apresentará a Nota Fiscal/Fatura no Setor Financeiro da (o) CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU, situado na RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, 459, para fins de liquidação e pagamento, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor, até o 30º (trigésimo) dia útil contado da entrega dos documentos.

2. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita.

3. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e previdenciária, sem que isso gere direito a alteração de preços, compensação financeira ou aplicação de penalidade ao CONTRATANTE.

5. O prazo de pagamento da execução dos serviços será contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.

5.1 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = TX \implies I = \frac{(6/100)}{365} \implies I = 0,00016438$$

TX - Percentual da taxa anual = 6%

5.2 - A compensação financeira prevista nesta condição será incluída na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

5.3 - O pagamento mensal dos serviços somente poderá ser efetuado após a apresentação da nota fiscal/fatura atestada por servidor designado, conforme disposto no art. 67 da Lei n.º 8.666/93. A nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada com a comprovação de regularidade da licitante vencedora junto à Seguridade Social - CND, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF ao Tribunal Superior do Trabalho - CNDT e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida da União - Certidão Conjunta da União.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

1. O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO**

1. No interesse da Administração do CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste contrato poderá ser aumentado ou suprimido ato o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93.

1.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários; e

1.2 - nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

1. O atraso injustificado na execução dos serviços ou o descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato sujeitará a

RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 459, PARACURU BEACH



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE PARACURU  
CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU



CONTRATADA à multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente.

2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração do CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

2.1 - advertência;

2.2 - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

2.3 - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

3. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nos itens 1 e 2 desta cláusula:

3.1 - pelo atraso na execução dos serviços, em relação ao prazo proposto e aceito;

3.2 - pela recusa em substituir qualquer material defeituoso empregado na execução dos serviços, que vier a ser rejeitado, caracterizada se a substituição não ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da rejeição; e

3.3 - por recusar refazer qualquer serviço que vier a ser rejeitado caracterizada se a medida não se efetivar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de rejeição.

4. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

5. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no Item 3 desta cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

6. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CONTRATANTE, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

1.1 - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

2. A rescisão deste contrato poderá ser:

2.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos;

2.2 - amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE; ou

2.3 - judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA

1. Este contrato fica vinculado aos termos da TOMADA DE PREÇOS n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_, e aos termos das propostas da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de PARACURU, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

PARACURU - CE, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA)

RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 459, PARACURU BEACH





Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE PARACURU**  
**CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU**



TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 459, PARACURU BEACH



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE PARACURU  
CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU



**ANEXO IV**  
**DECLARA O DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITA O**  
**DECLARA O RELATIVA   INEXIST NCIA DE FATO IMPEDITIVO**  
**DECLARA O RELATIVA A PROIBI O DO TRABALHO DO MENOR**  
**MODELO DE DECLARA O DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A empresa ....., CNPJ n.º ....., sediada ....., para fins de participa o na TOMADA DE PRE OS n.º 002/18-TP,, junto   CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU, neste ato, representado pl o Sr (a)....., portador do CPF/MF n.º ....., abaixo assinado, **DECLARA:**

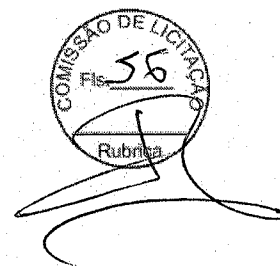
- a) em atendimento ao previsto no edital de TOMADA DE PRE OS, n.º 002/18-TP, que, cumpre plenamente os requisitos da habilita o.
- b) que n o possui fato impeditivo que altere os dados para efetiva o da sua habilita o, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorr ncias posteriores;
- c) para fins do disposto no inciso V da art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que n o emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e n o emprega menor de dezesseis anos.
- d) microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, n o se incluindo nas hip teses de exclus o previstas no  4.º do artigo 3.º do mesmo diploma, gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei Complementar, para fins de participa o na presente licita o.

(CIDADE) - (DATA)

Nome e Assinatura do Representante Legal  
RG. e CPF:



Estado do Ceará  
**GOVERNO MUNICIPAL DE PARACURU**  
**CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU**



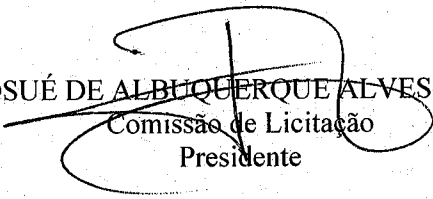
### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de PARACURU, através da(o) CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU por intermédio da Comissão de Licitação, torna público que às 09:00 horas do dia 15 de Janeiro de 2018, fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo menor preço, para prestação de serviços em consultoria junto ao controle interno do poder legislativo municipal de paracuru-ceará, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na sala da Comissão de Licitação da CAMARA MUNICIPAL DE PARACURU.

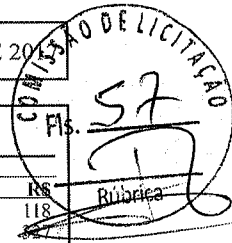
O procediemtno licitatório obedecerá ao disposto na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores que lhe foram introduzidas.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 459, PARACURU BEACH, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.

PARACURU - CE, 28 de Dezembro de 2017.

  
JOSUÉ DE ALBUQUERQUE ALVES NETO  
Comissão de Licitação  
Presidente

RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 459, PARACURU BEACH



**CENTRAL EÓLICA SANTO INÁCIO III S.A.**  
CNPJ Nº 12.009.141/0001-54

As premissas de riscos adotados, devida à sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

**14 - Compromissos**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía os seguintes compromissos assumidos: Compromissos referentes à implantação do Projeto Eólico,

Objeto	31/12/2016
Fornecimento de Aero geradores	14.098
Contrato de obras civis	2.591
Implantação das redes locais de distribuição	3.247
<b>Compromisso para aquisição do imobilizado</b>	<b>19.937</b>

Compromissos referentes à operação do empreendimento: A Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão sendo implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida por dos aerogeradores implantados no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação é apresentada conforme segue:

Santo Inácio III	
Ano	R\$
2017	118
2018	
2019	341
2020	357
2021	373
2022 a 2046	15.614
<b>16 - Transações não envolvendo caixa</b>	
	<b>31/12/2016</b>
Compra de ativo imobilizado	6.379
Transferência de imobilizado a impostos a recuperar	(1.355)
<b>DIRETORIA</b>	
Carlos Herbert Barros - Diretor Técnico	
Jarbas Oliveira de Carvalho - Diretor Administrativo	
<b>Contabilidade da Controladora</b>	
Rafael Lopes Carvalhais - Contador CRC/MG - 110.880/O-2	
<b>Responsável Técnico</b>	
Antonio Werk Rodrigues Pereira - Contador CRC/CE - 0016296/O-8	

\*\*\*\*\*

**ESTADO DO CEARÁ – CÂMARA MUNICIPAL DE PARACURU – AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 002/18-TP – A Comissão de Licitação da Câmara de Paracuru-CE torna público para conhecimento dos interessados que no próximo dia 15 de Janeiro de 2018, às 09h, na Sede da Câmara localizada à Rua São João Evangelista, Nº 459, Centro, estará realizando Licitação, na Modalidade Tomada de Preços, critério de Julgamento Menor Preço, tombado sob o Nº 002/18-TP, com o seguinte Objeto: Prestação de Serviços em consultoria junto ao controle interno do Poder Legislativo Municipal de Paracuru-CE. Mais informações com a Comissão de Licitação, pelo Telefone: (85) 3344.2177, no horário de 08h às 14h. Paracuru-CE, 28 de Dezembro de 2017. Josué de Albuquerque Alves Neto – Presidente da CPL.**

\*\*\*\*\*

**ESTADO DO CEARÁ – CÂMARA MUNICIPAL DE MERUOCA – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 2812.01/2017 – A Câmara Municipal de Meruoca, através da Comissão de Pregão torna público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 11 de Janeiro de 2018, às 09h, estará abrindo Licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 2812.01/2017, cujo Objeto: Aquisição de combustível e lubrificante para atender as necessidades da Câmara Municipal de Meruoca. O Edital estará disponível no Sítio: <http://www.tem.ce.gov.br/licitacoes> ou nos dias úteis na Sala da Comissão de Pregão, no horário das 08h às 14h, na Sede da Câmara Municipal de Meruoca, à Rua São José, Nº 51, Centro. Meruoca-CE, 28 de Dezembro de 2017. Ana Cristina Cezário Batista Pires – Pregoeira da Câmara Municipal de Meruoca.**

\*\*\*\*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE PACUJÁ – O Pregoeiro do Município de Pacujá comunica aos interessados que no próximo dia 11 de Janeiro de 2018, às 09h00min, estará abrindo licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2212.01/2017, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE SAÚDE EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PACUJÁ- CE. O edital completo estará à disposição nos dias úteis após esta publicação no horário de 08h00min às 12h00min no endereço da Prefeitura à Rua 22 de Setembro, nº 325 – Centro. Pacujá – CE, 28 de Dezembro de 2017. Francisco Sousa de Mendonça Junior - Pregoeiro.**

\*\*\*\*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE PACUJÁ – O Pregoeiro do Município de Pacujá comunica aos interessados que no próximo dia 11 de Janeiro de 2018, às 15:00h, estará abrindo licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2612.01/2017, cujo objeto é a Aquisição de um veículo zero quilômetro junto a Secretaria de Educação do Município de Pacujá. O edital completo estará à disposição após esta publicação no horário de 08h00min às 12h00min no endereço da Prefeitura à Rua 22 de Setembro, nº 325 – Centro. Pacujá – CE, 28 de Dezembro de 2017. Francisco Sousa de Mendonça Junior - Pregoeiro.**

\*\*\*\*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMOTI - AVISO DE LICITAÇÃO. O Pregoeiro, torna público aos interessados a abertura do Pregão Eletrônico Nº 002/2017-PE, cujo objeto é a locação de veículos destinados as diversas Secretarias do Município, no site [www.bbmmnet.com.br](http://www.bbmmnet.com.br), com início do Acolhimento das Propostas: 29/12/2017, às 09h00; Data de Abertura das Propostas: 10/01/2018, às 10h00; Início da Sessão de Disputa de Preços: 10/01/2018, às 12h00, horário de Brasília. O edital se encontra na íntegra na sede da Comissão de Licitação, nos sites: [www.tce.gov.br](http://www.tce.gov.br); [www.bbmmnet.com.br](http://www.bbmmnet.com.br); <http://www.paramoti.ce.gov.br/licitacao.php>. Paramoti-CE 27/12/2017. Rafael Costa da Cruz - Pregoeiro.**

\*\*\*\*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Independência. A Comissão de Licitação publica que dia 10 de janeiro de 2018 às 09:00 horas, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial nº ST-PP001/18, cujo objeto é a aquisição de urnas fúnebres, mortalhas e serviços de traslado, destinados às famílias carentes do Município de Independência - CE. O edital está disponível no site: [www.independencia.ce.gov.br](http://www.independencia.ce.gov.br) e [www.tce.gov.br/licitacoes](http://www.tce.gov.br/licitacoes) ou na Sede deste Município à Rua do Cruzeiro, 244, Centro. Neia Araujo de Souza Presidente da CPL. Independência/CE, 27.12.2017.**

\*\*\*\*\*

**Estado do Ceará – EEF José Ferreira dos Santos. A Comissão de Licitação torna público o resultado da fase de habilitação referente a Tomada de Preços Nº TP001/17, cujo objeto é serviços de Conservação da E.E.F José Ferreira dos Santos no Município de Independência - CE, conforme especificações no anexo I do edital. Empresas Habilitadas: Stuart Castro Farias Lima EIRELI e WU Construções e Serviços EIRELI EPP. Empresas Inabilitadas: AB Construções Locações e Serviços LTDA ME e Construtora Equity LTDA, fica aberto o prazo recursal conforme artigo 109, inciso I, alínea "a" da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Maiores informações através do site [www.tce.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes) e telefone (88) 3675-1447. Independência/CE, 27/12/ 2017. Francisca Neila Batista Cavalcante Mesquita - Presidente da CPL.**

\*\*\*\*\*

**Estado do Ceará – Câmara Municipal de Itapipoca - Aviso de Licitação. A Comissão de Licitação da Câmara de Itapipoca, comunica aos interessados que no próximo dia 12 de janeiro de 2018 às 9:00 horas, estará realizando licitação na modalidade Tomada de Preços nº 014/2017, cujo objeto é a contratação dos serviços especializados de apoio administrativo para consultoria em controle interno junto a Câmara Municipal de Itapipoca. O Edital completo poderá ser adquirido na Sede da Câmara Municipal, situada à Rua Frei Cassiano nº 750, Boa Vista, no horário de 8:00 às 12:00 horas, nos dias úteis após esta publicação ou no Portal do TCE: [www.tce.gov.br/licitacoes](http://www.tce.gov.br/licitacoes). Itapipoca/CE, 27 de dezembro de 2017. A Comissão.**

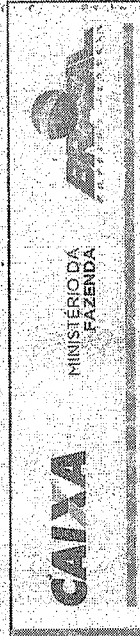
\*\*\*\*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Tarrafas – Aviso de Mudança de Endereço. A Prefeitura Municipal de Tarrafas, avisa que a Abertura da Licitação, na modalidade Tomada de Preços, autuada sob o nº 2017.12.12.001P, cujo objeto é a contratação de prestação de serviços especializados de assessoria e consultoria jurídica junto as diversas Secretarias do Município de Tarrafas, marcada para o dia 03 de Janeiro de 2018, às 08h, será realizada na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua Antonio Gonçalves Valença s/n (CRAS), Bairro Centro. Maiores informações podem ser obtidas no endereço supra, ou por intermédio do telefone (88) 3549.1020. Tarrafas/CE, 27 de dezembro de 2017. Luiz Alves Matias – Presidente da CPL.**

\*\*\*\*\*



naute dia 29 de dezembro de 2017, às 08 horas, fica remarcada para o dia 02 de janeiro de 2018, às 08 horas, devido ao decreto de nº 2712001/2017-GP, onde decreta ponto facultativo no dia 29 de dezembro de 2017. Maiores informações através do telefone (85) 3521.9600, das 08 às 14 horas (Horário Local). Crato - CE, 27 de dezembro de 2017. Valéria do Carmo Moura - Pregoeira.



**CAIXA**  
MINISTÉRIO DA FAZENDA

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Pregão Eletrônico nº 09817070-2017

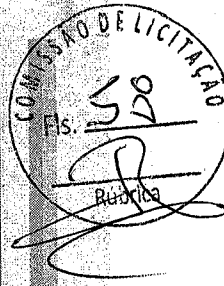
A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, através da Gerência de Filial Logística em Fortaleza - SILGLOGF torna público que realizará a licitação supra com vistas ao Registro de Preços para fornecimento e instalação de painéis horizontais e verticais para as unidades da CAIXA nos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí. Data e horário de Credenciamento para o Pregão: às 09h00min do dia 17/01/2018. Data e horário para recebimento das propostas: até 11h00min do dia 11/01/2018. Data e horário para recebimento das propostas: até 11h00min do dia 12/01/2018. Horários de Brasília. Edital e informações no endereço eletrônico de Pregão: [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br); data: informações: [gilglogf@caixa.gov.br](mailto:gilglogf@caixa.gov.br)

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTROLE DE CONTAS**  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2017  
PROCESSO Nº 07995/2017

**AVISO**  
A Comissão de Licitação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará comunica aos interessados que realizará, no dia 17 de Janeiro de 2018, o Pregão Presencial nº 31/2017, credenciamento das 10h30min às 10h45min e início do Pregão às 11 horas (Horário Local), cujo objeto encontra-se especificado a seguir:

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE CAPPUCINO TRADICIONAL E DIET, CHOCOLATE COM LEITE, CERA MATE E ADOÇANTE LÍQUIDO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA CÂMARA LEGISLATIVA, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.**

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na sede desta Assembleia Legislativa, sito à Av. Desembargador Moreira, 2807, Edifício Senador César Cais, sala 504, 5º andar, nos dias úteis, em horário comercial em site: [www.al.ce.gov.br](http://www.al.ce.gov.br). Outras informações poderão ser obtidas através do e-mail: [licita@al.ce.gov.br](mailto:licita@al.ce.gov.br).  
O PREGOEIRO  
Fortaleza, 27 de dezembro de 2017.



**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2017.12.01.3.** A Pregoeira do Município do Crato - CE torna público para conhecimento dos interessados que, neste dia 11 de janeiro de 2018, às 08 horas, na Sede da Comissão de Licitação, localizada no Largo João Saraiva, s/n, Bairro Centro, Crato - CE, estará realizando sessão para recebimento e abertura dos envelopes com documentos de habilitação e proposta de preço para o objeto: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ACESSORIA EM INVESTIMENTOS, ALÉM DO FORNECIMENTO DE SOFTWARE ONLINE PARA CONTROLE E MONITORAMENTO DOS INVESTIMENTOS NO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO CRATO - CE.** O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, das 08 às 14 horas. Crato - CE, 27 de dezembro de 2017. Valéria do Carmo Moura - Pregoeira.

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO - AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 2017.12.12.1. TIPO: TÉCNICA E PREÇO.** A Presidente do Comissão de Licitação do Município do Crato - CE torna público para conhecimento dos interessados que, neste dia 15 de fevereiro de 2018, às 08 horas, na Sede da Comissão de Licitação, localizada no Largo João Saraiva, s/n, Bairro Centro, Crato - CE, estará realizando sessão para recebimento e abertura dos envelopes com documentos de habilitação, proposta técnica e propostas de preço para o objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE SAÚDE; SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DO CRATO - CE, NOS TERMOS DO ARTIGO 37, § 1º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DA LEI 13.232 DE 29 DE ABRIL DE 2010.** O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, das 08 às 14 horas. Crato - CE, 27 de dezembro de 2017. Valéria do Carmo Moura - Presidente.

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTROLE DE CONTAS**  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017  
PROCESSO Nº 02727/2017

**AVISO**  
A Comissão de Licitação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará comunica aos interessados que realizará, no dia 16 de janeiro de 2018, o Pregão Presencial nº 12/2017, credenciamento das 10h30min às 10h45min e início do Pregão às 11 horas (Horário Local), cujo objeto encontra-se especificado a seguir:

**REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS PARA A COPA, EM VISTA DE ATENDER AS NECESSIDADES DOS GABINETES PARLAMENTARES E DEMAIS SETORES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, TUDO EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES EM SEU TERMO DE REFERÊNCIA, SEUS ANEXOS QUE O INTEGRAM E COMPLIMENTAR, E DEMAIS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.**

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na sede desta Assembleia Legislativa, sito à Av. Desembargador Moreira, 2807, Edifício Senador César Cais, sala 504, 5º andar, nos dias úteis, em horário comercial e no site: [www.al.ce.gov.br](http://www.al.ce.gov.br). Outras informações poderão ser obtidas através do e-mail: [licita@al.ce.gov.br](mailto:licita@al.ce.gov.br).  
O PREGOEIRO  
Fortaleza, 27 de dezembro de 2017.

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA DE VÁRZEA ALEGRE - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2017.12.22.1.** O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre, Estado do Ceará, torna público que estará realizando sessão licitatória na modalidade Pregão nº 2017.12.22.1, do tipo presencial, cujo objeto é a aquisição de combustíveis e derivados de petróleo, destinado ao atendimento das necessidades de diversas Secretarias do Município de Várzea Alegre - CE, conforme especificações constantes no Instrumento Convocatório, com o recebimento dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação neste dia 11 de janeiro de 2018, às 09 horas. Maiores informações e entrega do Edital na sede da Comissão de Licitação, situada à Rua Dep. Luiz Otacílio Correia, nº 153, Centro, Várzea Alegre - CE, das 08 às 12 horas. Informações poderão ainda ser obtidas através do telefone (85) 3541-2883. Várzea Alegre - CE, 27 de dezembro de 2017. Emmanuel Abreu Pereira - Pregoeiro Oficial do Município de Várzea Alegre - CE.

**ESTADO DO CEARÁ - CÂMARA MUNICIPAL DE FRAQUILINHO - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2017.** A Câmara Municipal de Fraquilinho, Estado do Ceará, torna público para conhecimento dos interessados que no próximo dia 15 de dezembro de 2017, às 08h30min, na Sede da Câmara localizada à Rua São João Evangelista, nº 159, Centro, estará realizando Licitação, na modalidade Tomada de Preços critério de julgamento Menor Preço, tombado sob o nº 002718-TP, com o seguinte Objeto: **Prestação de Serviços em consultoria lúto ao controle interno do Poder Legislativo Municipal de Fraquilinho-CE.** Mais informações com a Comissão de Licitação, 516 Telefone: (85) 3344-2177, no endereço 09117-411, Paracuru-CE, 27 de Dezembro de 2017. Josely de Albuquerque Alves Neto - Presidente da CPL.

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI - AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2017-SEINFRA/CELOS - A Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia comunica aos interessados o Prossuamento para a Abertura das Propostas de Preços, de acordo com o Edital nº 03/2017-SEINFRA/CELOS, no endereço Rua Manoel Alexandre, nº 1272, Farias Brito, Aracati-CE, a partir das 10h30min do dia 29 de dezembro de 2017, na Sala de Recebimento da Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia, sito à Rua Coronel Alexandre, nº 1272, Farias Brito, Aracati-CE, 27 de Dezembro de 2017. Maria das Mães, Roque de Oliveira Chagas - Presidente da Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia.**

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2017-SEINFRA/CELOS - A Prefeitura Municipal de Aracati-CE comunica aos interessados que estará recebendo até às 10h30min do dia 15 de Janeiro de 2017, na Sala de Recebimento da Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia, sito à Rua Coronel Alexandre, nº 1272, Farias Brito, Aracati-CE, a documentação de Habilitação e Proposta de Preços para a Tomada de Preços Nº 06/2017-SEINFRA/CELOS, cujo Objeto: **Contribuição de Abrigo de Ônibus no Centro dos Rodrigues.** O Edital poderá ser obtido junto à Comissão de Licitação, 516 Telefone: (85) 3344-2177, no endereço 09117-411, Paracuru-CE, 27 de Dezembro de 2017. Maria das Mães, Roque de Oliveira Chagas - Presidente da Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia.**

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2017-SEINFRA/CELOS - A Prefeitura Municipal de Aracati-CE comunica aos interessados que estará recebendo até às 10h30min do dia 15 de Janeiro de 2017, na Sala de Recebimento da Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia, sito à Rua Coronel Alexandre, nº 1272, Farias Brito, Aracati-CE, a documentação de Habilitação e Proposta de Preços para a Tomada de Preços Nº 07/2017-SEINFRA/CELOS, cujo Objeto: **Implementação de Estacionamentos de Ônibus no USJ - Unidade da Segurança Integrada.** O Edital poderá ser obtido junto à Comissão de Licitação, 516 Telefone: (85) 3344-2177, no endereço 09117-411, Paracuru-CE, 27 de Dezembro de 2017. Maria das Mães, Roque de Oliveira Chagas - Presidente da Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia.**

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI - AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2017-SEINFRA/CELOS - A Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia comunica aos interessados o prosseguimento com a Abertura das Propostas de Preços, de acordo com o Edital nº 04/2017-SEINFRA/CELOS, cujo Objeto: **Serviços de manutenção de 200 Foneças, 09h30min do dia 03 de janeiro de 2018, na Rua Coronel Alexandre, nº 1272, Farias Brito, Aracati-CE, 27 de Dezembro de 2017, Maria das Mães, Roque de Oliveira Chagas - Presidente da Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia.****